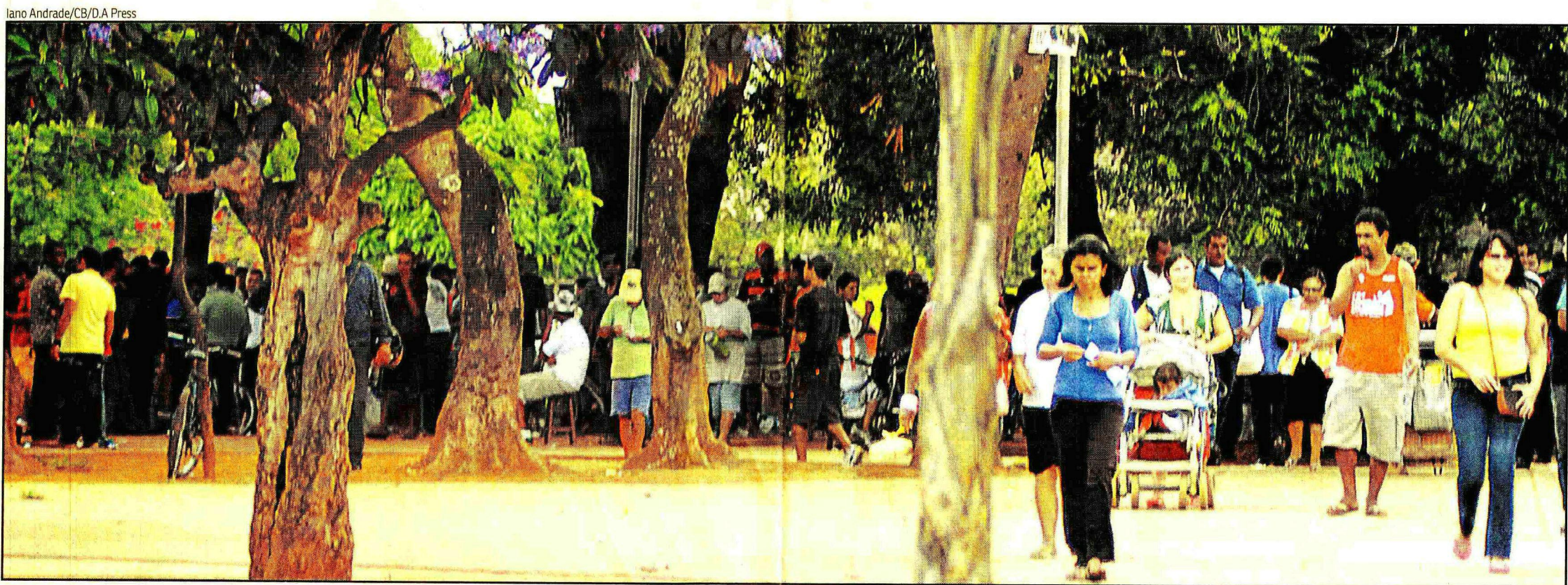


COMÉRCIO ILEGAL

DF - Comércio

A extinção da Feira do Rolo não eliminou a venda de produtos de origem ilícita em Ceilândia. No Centro da cidade, próximo a um posto da Polícia Militar, "vendedores" exibem suas mercadorias suspeitas. Administrador local diz que o poder público está de mãos atadas



Comerciantes clandestinos por todos os lados vendem e trocam mercadorias durante o dia inteiro no centro de Ceilândia: a Polícia Militar sabe do problema, mas, segundo ela, é quase impossível acabar com ele

Feira do Rolinho a todo vapor

» SAULO ARAÚJO

Há mais de 20 anos

Crime

No coração da maior cidade do Distrito Federal, Ceilândia, o comércio de produtos de origem ilícita se expande cada dia mais. Com a extinção da **Feira do Rolo**, há dois anos, quem deseja adquirir tênis de marca, bicicletas, celulares de última geração e até roupas íntimas a preços bem abaixo dos praticados no mercado vai ao centro da região administrativa. O ponto funciona entre o Restaurante Comunitário e a Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb). A pouco mais de 100 metros funciona um Posto Comunitário de Segurança (PCS) da Polícia Militar.

Nas manhãs de terça e quarta-feira últimas, o **Correio** acompanhou a movimentação no local. Por volta das 9h, a concentração de pessoas na Feira do Rolinho — apelidada assim por quem trabalha nas redondezas — já é intensa. Um homem estende um pano no chão e começa a anunciar sandálias e bermudas. Outro apresenta aos clientes seis celulares, que, pelo modelo e pelo preço, sugerem ser alvo de furto ou roubo. “Esse aqui na loja é R\$ 1,5 mil e comi-

go você leva por R\$ 480”, diz.

No lugar, é possível encontrar quase tudo. Uma senhora vendia três pares de sandálias usadas, cada um ao preço de R\$ 5. “Tá meio desgastada, mas é de marca. Se você tiver alguma coisa aí pra trocar, a gente pode conversar”, propõe ele, sem saber que falava com um jornalista. Aliás, a permuta é uma das principais atividades da feira clandestina. Quem circula com calçados ou relógios da moda escuta logo a pergunta: “Quer trocar num melhor?”

Uma comerciante que preferiu não se identificar disse que foi assaltada há três meses. Os ladrões levaram da sua loja cinco relógios. Dois dias depois do roubo, o filho dela passava pela Feira do Rolinho e viu dois homens vendendo os produtos. “Meu marido foi lá e con-

firmou que pelo menos três relógios eram daqui, mas nós optamos por não avisar à polícia com medo de represálias”, contou a mulher.

Quase impossível

O comércio irregular no centro da cidade é acompanhado de perto pelos policiais militares de plantão no PCS. Um dos gestores da unidade, o sargento Amarilton de Oliveira, admite saber do problema, mas confessa que é quase impossível eliminá-lo, e explica os motivos. “Nós fazemos operação naquela área rotineiramente. Já prendemos gente com droga e alguns produtos que conseguimos provar serem alvos de furto ou roubo. Ocorre que, quando avançamos, eles dispersam e montam pequenos grupos e

depois retornam. Outra dificuldade é provarmos que o produto que ele tem nas mãos é sem procedência”, afirma o sargento.

O delegado-chefe da 15ª Delegacia de Polícia (Ceilândia Centro), Plácido Sobrinho, responsável pela área, ratifica o que o militar diz. Segundo ele, algumas pessoas já foram autuadas pelo crime de **receptação** no local, mas confessa que nem sempre é possível prender os vendedores em flagrante. “A polícia sabe do problema, mas nossa atuação fica restrita. A polícia não pode chegar prendendo uma pessoa porque ela está carregando um par de tênis e não tem nota fiscal. Quase ninguém anda com a nota fiscal do celular ou do tênis na carteira. Já pensou se a polícia prendesse todo mundo porque está sem o documento do pro-

Segundo o artigo 180 do Código Penal Brasileiro (CPB), responderá pelo crime de receptação a pessoa que “adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.” A pena para quem for detido praticando esse delito pode chegar a quatro anos de reclusão, além de multa.

duto?”, questiona o delegado.

Apesar dos empecilhos, Plácido garante que existe, sim, um trabalho de investigação em parceria com a Agência de Fiscalização (Agefis) para tentar minimizar o problema. Ele alerta a população que quem comprar produtos sem procedência pode responder pelo crime de receptação. “As dificuldades são muitas, mas a polícia já prendeu muita gente naquele local. Temos equipes veladas observando aquele ponto e quem estiver comprando ou vendendo qualquer coisa de origem ilícita poderá ser preso”, avisa o delegado.

O administrador de Ceilândia, Leonardo Moraes, segue o mesmo discurso do delegado. Segundo ele, o poder público está de mãos atadas e ressalta que o estado fez tudo o que es-

tava ao alcance, como urbanizar a praça central da cidade e retirar os feirantes que mantinham suas barracas ali. “O governo fez o que era possível, ou seja, levou o progresso para aquela região. Agora, nós não podemos ferir o direito constitucional das pessoas de irem e virem. Eles não estabeleceram comércio em barracas, ficam circulando com os produtos nas mãos. É frustrante saber que ali são comercializados produtos de origem duvidosa e não ter instrumentos para coibir isso”, disse Leonardo.

Denuncie

A polícia pede que comerciantes e moradores que tiverem qualquer produto furtado ou roubado registrem ocorrência. O aumento de efetivo policial em determinada área só é possível se a delegacia responsável tiver um número considerável de delitos que justifique o emprego de mais agentes. Quem quiser fazer denúncia anônima pode ligar para o Disque Denúncia por meio do número 197. O autor do telefonema não precisa se identificar.